

# **Demonstrações Financeiras**

**Sá Carvalho S.A.**

31 de dezembro de 2021  
com Relatório do Auditor Independente

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021.....	1
BALANÇO SOCIAL.....	6
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	20
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	21
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS.....	21
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	22
7. DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	22
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.....	22
9. FORNECEDORES.....	25
10. PROVISÕES.....	26
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	27
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	27
13. ENCARGOS SETORIAIS.....	28
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	28
15. RECEITA.....	30
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	31
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	32
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	32
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	34
20. SEGUROS.....	36
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	38
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	39

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

Senhores Acionistas,

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$36.833 mil, dividido em 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

### DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

#### *Resultado do exercício*

A Companhia obteve um resultado de R\$ 59.675 mil em 2021, em comparação a R\$33.404 mil no exercício de 2020, representando aumento de 79% justificado tanto pelo aumento do resultado operacional impactado pelo ressarcimento de custos do GSF, como pelo aumento da receita financeira. Por esta razão, é percebida o aumento da receita operacional e da receita financeira, considerando a excepcionalidade do evento.

#### *Receita operacional*

O fornecimento de energia elétrica para os clientes totalizou 471.897 MWh (não auditado) durante o exercício de 2021 (482.876 MWh em 2020 – não auditado). O fornecimento bruto auferido foi de R\$140.821 mil em 2021, comparado a R\$ R\$116.248 mil no exercício de 2020.

#### *Custos e despesas operacionais*

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$52.395 mil em 2021, comparado a R\$33.506 mil em 2020, apresentando variação de 56%, justificada pelo aumento da energia elétrica comprada para revenda.

*Imposto de renda e contribuição social*

Em 2021, a Companhia apurou o montante de R\$30.152 mil, referente ao imposto de renda e contribuição social, representando 66% em relação ao lucro de R\$ 89.827 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, no mesmo período em 2020, a Companhia apurou o montante de R\$16.597 mil, representando 33,19% em relação ao lucro de R\$50.001 mil antes dos efeitos fiscais. Os valores de imposto de renda e contribuição social aumentaram na mesma proporção que aumentaram o resultado antes dos impostos.

*Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA*

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2021, o LAJIDA foi de R\$98.479 mil (R\$55.043 mil em 2020) e a margem do LAJIDA foi de 97,09% no mesmo período (66,48% em 2020), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2021	2020	Var. %
Resultado líquido	59.675	33.404	78,65
Despesa de IR e CS	30.152	16.597	81,67
Resultado financeiro	(1.098)	(709)	54,87
Depreciação e amortização	9.750	5.751	69,52
<b>LAJIDA</b>	<b>98.479</b>	<b>55.043</b>	<b>78,91</b>

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Instrução CVM n° 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

**SEGURANÇA DE BARRAGENS**

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do grupo, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa n° 696/2015 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

O ano de 2021, mesmo com as dificuldades apresentadas pela pandemia COVID-19 e pela renovação das equipes das COMPDECs (ano pós-eleitoral), a atuação junto a estes organismos de defesa civil foi decisiva na estratégia de focar nas ações de integração dos PAEs das barragens do Grupo CEMIG, relacionando com os PLANCONs de 35 municípios diretamente envolvidos.

Ainda em 2021, foram realizadas cerca de 25 oficinas de trabalho virtuais para apresentação e discussão dos PAEs e uso do App PROX (Aplicativo de Gestão de Riscos). Foram também discutidas e executadas as ações listadas abaixo com foco na ZAS-Zona de Auto Salvamento, na região jusante das barragens:

1. Ação de cadastro de economias(telhados) e da população moradora permanente para 35 municípios,
2. Proposição de Rotas de Fuga e Pontos de Encontro para os 35 municípios,
3. Sinalização de Alerta (placas) implantada em 27 municípios.

O Grupo Cemig também atuou fortemente na continuidade do projeto de pesquisa que foca no desenvolvimento do DIN – Dispositivo Individual de Notificação, que consiste num pequeno equipamento de alerta/alarme a ser colocado de maneira individual nas residências de moradores inseridos na mancha de inundação (ZAS), caracterizado por ser de longo alcance, pouco consumo de energia; pode emitir alertas individualizados em áreas específicas e traz a corresponsabilidade da população em prol da cultura de resiliência e preparação à emergência. O projeto contemplará 20 barragens em 27 municípios.

Além disso, o “Programa Proximidade” disponibilizou o App. PROX, um App. móvel de Gestão de Riscos, de relacionamento com a população e com as COMPDECS. Além de informações hidrológicas e operativas de usinas da Cemig, o aplicativo é uma ferramenta de gestão de riscos, cadastro, notificação e alerta para emergências em barragens.

Em 2021 o Grupo Cemig também celebrou o Acordo de Cooperação Técnica para uso compartilhado do App. PROX, com o IBRAM-Instituto Brasileiro de Mineração e 11 empresas mineradoras associadas, visando o aumento da cobertura de segurança de outras populações sujeitas a emergências de barragens de mineração.

Os ganhos esperados são o aumento da cobertura de segurança, tanto para situações com barragens, mas também, para várias outras situações de perigo (enchentes, queimadas, incêndios, deslizamentos, etc.).

O grande ganho que a abordagem adotada pela Cemig GT propõe é a apresentação dos impactos causados pelas cheias naturais, dando maior segurança às populações ribeirinhas e desenvolvendo a resiliência das cidades a eventos de inundação.

## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício no montante de R\$ 59.675 mil, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.966 mil, referentes à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R\$25.821 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$30.820 mil para pagamento de dividendos adicionais; e;
- R\$ 5.000 mil para dividendos intermediários pagos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

## BALANÇO SOCIAL (Não auditado)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

1) Base de cálculo	2021			2020		
	Valor (Mil R\$)			Valor (Mil R\$)		
Receita líquida (RL)	101.434			82.798		
Resultado operacional (RO)	88.729			49.292		
Folha de pagamento bruta (FPB)	909			914		
2) Indicadores sociais internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	113	12,43	0,11	109	11,94	0,13
Encargos sociais compulsórios	257	28,27	0,25	254	27,76	0,31
Previdência privada	62	6,82	0,06	68	7,43	0,08
Saúde	79	8,69	0,08	67	7,32	0,08
Participação nos lucros ou resultados	86	9,46	0,08	136	14,90	0,16
Total - Indicadores sociais internos	597	65,67	0,58	634	69,35	0,76
3) Indicadores sociais externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Doações/Subvenções/Projeto ASIN	-	-	-	-	-	-
Total das contribuições para a sociedade	-	-	-	-	-	-
Tributos (excluídos encargos sociais)	-	-	-	50.047	101,53	60,44
Total – Indicadores sociais externos	-	-	-	50.047	101,53	43,90
4) Indicadores ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	-	-	-	65	0,13	0,08
Total dos investimentos em meio ambiente	-	-	-	65	0,13	0,08
5) Indicadores do corpo funcional	2021			2020		
Nº de empregados no final do período	8			8		
Nº de admissões durante o período	-			1		
Nº de estagiários	-			-		
Escolaridade dos empregados						
- Superior e extensão universitária	1			1		
- 2º Grau	5			5		
- 1º Grau	2			2		
- Até 1º Grau incompleto	-			-		
Nº de empregados acima de 50 anos	7			6		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	-			-		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	-			-		
Nº de negros que trabalham na empresa	5			5		
% de cargos de chefia ocupados por negros	-			-		

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

**ATIVO**

	Nota	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	689	2.683
Títulos e valores mobiliários	4	8.846	10.047
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	9.179	7.675
Tributos compensáveis	6	526	614
Outros créditos		102	11
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>19.342</b>	<b>21.030</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e valores mobiliários	4	1.819	2.259
Tributos compensáveis	6	25.605	25.073
Depósitos judiciais	7	1.700	1.622
Imobilizado	8	108.993	114.543
Intangível	8	36.061	225
Direito de uso		78	75
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>174.256</b>	<b>143.797</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>193.598</b>	<b>164.827</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

### PASSIVO

	Nota	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	9	2.457	4.865
Obrigações sociais e trabalhistas		438	490
Impostos, taxas e contribuições	11	4.071	3.108
Imposto de renda e contribuição social	12a	16.996	16.689
Dividendos a pagar	14	25.821	17.976
Encargos setoriais	13	3.475	3.227
Transações com partes relacionadas	18	251	253
Outras obrigações		53	45
Passivo de arrendamentos		10	9
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>53.572</b>	<b>46.662</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Encargos setoriais	13	2.061	2.292
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12b	29.326	18.118
Provisões	10	150	150
Outras obrigações		29	29
Passivo de arrendamentos		73	67
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>31.639</b>	<b>20.656</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>85.211</b>	<b>67.318</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	14		
Capital social		36.833	36.833
Reservas de lucros		38.187	25.343
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial		33.367	35.333
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>108.387</b>	<b>97.509</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>193.598</b>	<b>164.827</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	15	101.434	82.798
CUSTOS OPERACIONAIS	16		
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda		(33.644)	(18.537)
		(33.644)	(18.537)
CUSTOS DE OPERAÇÃO			
Pessoal		(1.297)	(1.274)
Materiais		(629)	(391)
Serviços de terceiros		(4.395)	(4.113)
Depreciação e amortização		(9.750)	(5.751)
Outros		(17)	(126)
		(16.088)	(11.655)
CUSTO TOTAL	16	(49.732)	(30.192)
LUCRO BRUTO		51.702	52.606
DESPESA OPERACIONAL			
Despesas gerais e administrativas		(1.910)	(1.881)
Outras despesas operacionais		(753)	(1.433)
	16	(2.663)	(3.314)
Ganho com ressarcimento do GSF	8	39.690	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		88.729	49.292
Receitas financeiras	17	1.438	1.177
Despesas financeiras	17	(340)	(468)
		1.098	709
Resultado antes dos impostos		89.827	50.001
Imposto de renda e contribuição social correntes	12c	(18.944)	(17.913)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12c	(11.208)	1.316
RESULTADO DO EXERCÍCIO		59.675	33.404
Resultado básico e diluído por lote de mil ações – R\$		165,21	92,48

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
RESULTADO DO EXERCÍCIO	59.675	33.404
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	59.675	33.404

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
 (Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital social	Reserva de ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	36.833	37.881	7.367	24.424	-	106.505
Aprovação dividendos adicionais propostos (R\$67,62 por lote de mil ações)	-	-	-	(24.424)	-	(24.424)
Resultado do exercício	-	-	-	-	33.404	33.404
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	(2.548)	-	-	2.548	-
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Dividendos obrigatórios (R\$72,57 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(17.976)	(17.976)
Dividendos adicionais propostos (R\$72,57 por lote de mil ações)	-	-	-	17.976	(17.976)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	36.833	35.333	7.367	17.976	-	97.509
Aprovação dividendos adicionais propostos (R\$49,77 por lote de mil ações)	-	-	-	(17.976)	-	(17.976)
Resultado do exercício	-	-	-	-	59.675	59.675
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	(1.966)	-	-	1.966	-
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Dividendos obrigatórios (R\$71,49 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(25.821)	(25.821)
Dividendos adicionais propostos (R\$85,33 por lote de mil ações)	-	-	-	30.820	(30.820)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	(5.000)	(5.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	36.833	33.367	7.367	30.820	-	108.387

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício	59.675	33.404
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 8)	9.747	5.749
Amortização do direito de uso	3	2
Juros sobre passivo de arrendamentos	10	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	11.208	(1.316)
Baixa líquida no imobilizado (Nota 8)	-	831
Variação monetária depósito judicial (Nota 17)	(6)	(56)
Recuperação de créditos de PIS/PASEP e COFINS sobre ICMS, incluindo atualização financeira	(527)	(414)
Ganho com ressarcimento do GSF	(39.690)	-
Provisão para contingências (Nota 10)	-	(13)
	40.420	38.195
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(1.504)	(264)
Tributos compensáveis (Nota 7)	83	53
Depósitos judiciais (Nota 7)	(72)	5.770
Transações com partes relacionadas	-	486
Outros créditos	(91)	426
	(1.584)	6.471
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	(2.408)	466
Obrigações sociais e trabalhistas	(52)	21
Impostos, taxas e contribuições (Nota 11)	963	(442)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	18.902	18.095
Encargos setoriais (Nota 13)	17	209
Transações com partes relacionadas (Nota 18)	(2)	41
Provisões	-	13
Outras obrigações	8	(24)
	17.428	18.379
Caixa gerado pelas atividades operacionais	56.264	63.045
Imposto renda e contribuição social pagos	(18.595)	(25.718)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>37.669</b>	<b>37.327</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Títulos e valores mobiliários	1.641	7.167
Imobilizado e intangível (Nota 8)	(343)	(1.713)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>1.298</b>	<b>5.454</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos	(40.952)	(41.848)
Arrendamentos pagos	(9)	(9)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(40.961)</b>	<b>(41.857)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(1.994)</b>	<b>924</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.683	1.759
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	689	2.683
	(1.994)	924

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sá Carvalho S.A. (“Companhia” ou “Sá Carvalho”), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de geração de energia elétrica tendo recebido autorização para exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho através da Resolução ANEEL nº 466, de 29 de novembro de 2000, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a produção e comercialização da energia produzida na referida usina, localizada no Rio Piracicaba, no município de Antônio Dias – Minas Gerais e possui a concessão pública federal para a exploração do potencial hidráulico da Usina Sá Carvalho, a qual foi concedida em 1 de dezembro de 1994, com validade até 1 de dezembro de 2024.

A Companhia é subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“CEMIG GT”). Em 15 de dezembro de 2000, após a aquisição da usina de Sá Carvalho pelo Grupo Cemig, a Companhia iniciou suas operações, com a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica com a APERAM INOX AMERICA DO SUL, para atender parte das necessidades de energia das instalações industriais daquela empresa em Timóteo – Minas Gerais.

A usina de Sá Carvalho teve sua garantia física revisada de 58 para 56,1 MW médios, a partir de 1º de janeiro de 2018, definidos pela Portaria 178/2017 do Ministério de Minas e Energia.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Repactuação do risco hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre 2012 e 2017, com o agravamento da crise hídrica.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorreu por meio da extensão dos respectivos prazos de concessão das outorgas de geração. Os prazos de extensão foram homologados pela Resolução Homologatória Aneel 2.919 de 2021 e pela Resolução Homologatória 2.931 de 2021. A Companhia teve prazo de extensão correspondente a 634 dias.

Vide mais informações na nota explicativa nº 8.

Covid-19

### Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfrentamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia, especialmente por meio de seus bancos centrais e autoridades fiscais.

### Medidas implementadas pela Companhia

A Companhia segue as mesmas diretrizes de sua controladora, que criou, em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações para manutenção do distanciamento social, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de home-office para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger a sua liquidez e implementou as seguintes medidas, entre outras:

- contingenciamento de investimentos e redução de despesas;
- negociação de contratos com seus consumidores livres.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia. Apesar dos impactos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2020, não se espera impactos significativos no longo prazo.

#### Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, identificando os seguintes efeitos:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia implementou negociações com seus consumidores, o que permitiu que o impacto da retração econômica sobre a inadimplência dos grandes consumidores livres não fosse relevante;
- A Companhia vem estabelecendo negociações com os seus clientes e fornecedores de energia elétrica visando preservar sua liquidez no período da crise.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas Demonstrações Financeiras foram baseados nas melhores estimativas da Companhia, não tendo sido observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia em 2021.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de abril de 2022, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## 2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

## 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Fornecimento não faturado de energia elétrica);
- Nota 8 – Imobilizado e Intangível (Depreciação e amortização);
- Nota 10 – Provisões;
- Nota 15 – Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

## 2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez da alteração ao CPC 06 (R2), em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após esta data, que restringe a aplicação do expediente prático referente à opção por não avaliar se um benefício concedido em razão da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato às situações em que determinadas condições são satisfeitas.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

## 2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 19/2021, em 25 de outubro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 29 – Ativo Biológico, CPC 27 – Ativo Imobilizado, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias 2018-2020.

As principais alterações dessa revisão estão descritas a seguir:

CPC 27 – Ativo imobilizado – Receitas anteriores ao uso pretendido pela Administração: Proíbe as entidades de deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado. A revisão se aplica aos períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022 e deve ser aplicada retrospectivamente aos bens do ativo imobilizado que se tornaram disponíveis para uso a partir do período anterior mais antigo apresentado. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Contratos onerosos: A alteração especifica quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços inclui custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022 e se aplica prospectivamente. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão, que será aplicada aos contratos cujas obrigações não estiverem totalmente cumpridas no início do período anual em que forem inicialmente adotadas.

CPC 48 – Instrumentos financeiros – Efeitos das comissões e taxas no Teste “de 10%” para desreconhecimento de passivos financeiros: As alterações esclarecem as taxas que devem ser consideradas na avaliação de quando os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos originais. Essas taxas incluem somente aquelas pagas ou recebidas pelo credor e devedor, incluindo aquelas pagas ou recebidas em nome do outro. A revisão se aplica aos períodos anuais que se iniciam a partir de 1º de janeiro de 2022, prospectivamente. A Companhia aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados a partir do início do período anual em que a alteração for aplicada pela primeira vez. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

## 2.7. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

### a) Instrumentos financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria créditos com clientes, títulos e valores mobiliários, depósitos judiciais, fornecedores e arrendamentos.

### b) Consumidores, concessionárias e permissionárias

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

### c) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem. As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na nota explicativa nº 8.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

d) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

e) Imposto de renda e contribuição social

## Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

## Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

f) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de fornecimento de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira e atualização de créditos tributários. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Bancos conta movimento	262	217
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	7	1.953
Overnight	420	513
TOTAL	689	2.683

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que atinge 100% em 31 de dezembro de 2021 (entre 65% e 98% em 31 de dezembro de 2020) conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variam em 8,87% a 9,14% a.a em 31 de dezembro de 2021 (1,89% em 31 de dezembro de 2020).

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2021	2020
<b>Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	518	1.633
Letras Financeiras Bancos - LFs	7.305	6.208
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	920	2.188
Debêntures	103	18
	<u>8.846</u>	<u>10.047</u>
<b>Não circulante</b>		
Letras Financeiras Bancos - LFs	1.794	2.185
Debêntures	25	74
	<u>1.819</u>	<u>2.259</u>
	<u>10.665</u>	<u>12.306</u>

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 105,00% a 130,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre 99,5% e 130% em 31 de dezembro de 2020).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

As aplicações e títulos de partes relacionadas estão demonstrados na nota explicativa nº 18 destas Demonstrações Financeiras.

#### 5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Saldos vencidos	Total	
	Não faturado	Até 90 dias	2021	2020
Fornecimento industrial	9.179		9.179	7.525
Energia elétrica de curto prazo	-		-	150
<b>Total</b>	<u>9.179</u>	<u>-</u>	<u>9.179</u>	<u>7.675</u>

## 6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2021	2020
<b>Circulante</b>		
PIS a recuperar	80	80
COFINS a recuperar	371	370
ICMS a recuperar	75	164
	<u>526</u>	<u>614</u>
<b>Não circulante</b>		
ICMS a recuperar	116	196
PIS a recuperar (1)	4.609	4.498
COFINS a recuperar (1)	20.880	20.379
	<u>25.605</u>	<u>25.073</u>
<b>Total</b>	<u><u>26.131</u></u>	<u><u>25.687</u></u>

(1) Créditos oriundos da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos.

## 7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
Trabalhistas	194	188
Fiscais		
IRRF sobre juros sobre capital próprio	1.316	1.316
Outros	190	118
<b>TOTAL</b>	<u><u>1.700</u></u>	<u><u>1.622</u></u>

## 8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa média anual de depreciação (%)	2021		
		Custo	Deprec./amort. acum.	Valor líquido
Intangível		40.015	(3.954)	36.061
<b>Imobilizado</b>	2,75			
Terrenos, obras civis, benfeitorias e edificações	2,84	114	-	114
Reservatórios, barragens e adutoras	2,39	104.708	(53.061)	51.647
Máquinas e equipamentos	3,08	93.012	(52.024)	40.988
Móveis e utensílios	6,25	27	(18)	9
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,84	20.572	(6.153)	14.419
Em serviço		<u>218.433</u>	<u>(111.256)</u>	<u>107.177</u>
Em curso		1.816	-	1.816
<b>Total do Imobilizado</b>		<u><u>220.249</u></u>	<u><u>(111.256)</u></u>	<u><u>108.993</u></u>

	Taxa média anual de depreciação (%)	2020		
		Custo	Deprec./ amort. acum.	Valor líquido
Intangível		325	(100)	225
Imobilizado	2,72			
Terrenos, obras civis, benfeitorias e edificações	2,53	20.648	(5.570)	15.078
Reservatórios, barragens e adutoras	2,39	104.708	(50.558)	54.150
Máquinas e equipamentos	3,08	92.967	(49.217)	43.750
Móveis e utensílios	6,25	27	(17)	10
Em serviço		218.350	(105.362)	112.988
Em curso		1.555	-	1.555
Total do Imobilizado		219.905	(105.362)	114.543
Total Imobilizado + Intangível		220.230	(105.462)	114.768

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Deprec./ amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Intangível	325	-	-	-	325	(161)	164
Ativos da concessão - GSF	-	39.690	-	-	39.690	(3.793)	35.897
	325	39.690	-	-	40.015	(3.954)	36.061
Imobilizado							
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	114	-	-	-	114	-	114
Reservatórios, barragens e adutoras	104.708	-	-	-	104.708	(53.061)	51.647
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.535	-	-	37	20.572	(6.153)	14.419
Máquinas e equipamentos	92.967	-	-	45	93.012	(52.024)	40.988
Móveis e utensílios	27	-	-	-	27	(18)	9
Em Serviço	218.351	-	-	82	218.433	(111.256)	107.177
Em curso	1.555	343	-	(82)	1.816	-	1.816
Total do Imobilizado	219.906	343	-	-	220.249	(111.256)	108.993
Total Imobilizado + Intangível	220.231	40.033	-	-	260.264	(115.210)	145.054

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

O contrato de concessão prevê que ao final do prazo da concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do immobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

#### Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Custos operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico”, no montante de R\$39.690, conforme tabela abaixo:

	Taxa média anual de amort. (%)	2021			2020		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		39.690	(3.794)	35.896	-	-	-
Ativos da concessão - GSF		39.690	(3.794)	35.896	-	-	-
Em curso		-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>39.690</b>	<b>(3.794)</b>	<b>35.896</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Adições líquidas = (A) – (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	-	39.690	-	-	39.690	39.690	(3.794)	35.896
Ativos da concessão - GSF	-	39.690	-	-	39.690	39.690	(3.794)	35.896
Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>39.690</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.690</b>	<b>39.690</b>	<b>(3.794)</b>	<b>35.896</b>

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Sá Carvalho	39.690			
Sá Carvalho	39.690	01/12/2024	634	27/08/2026

## 9. FORNECEDORES

	2021	2020
Circulante		
Suprimento de energia elétrica – CCEE	198	2.606
Materiais e serviços	2.259	2.259
	<b>2.457</b>	<b>4.865</b>

A Companhia reconhece obrigações provenientes de contratos com a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), conforme apresentado na nota explicativa nº 18 destas Demonstrações Financeiras.

## 10. PROVISÕES

	2020	Adições	Reversões	Liquidações	2021
Provisões					
Honorários de êxito	150	-	-	-	150
	150	-	-	-	150

Os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

- R\$580 (R\$568 em 2020) referente a auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL nos exercícios de 2008 e 2009, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas;
- R\$1.148 (R\$1.542 em 2020) referente às ações de natureza trabalhista, onde se discute a abstenção de contratação de empregados sem prévia aprovação em concurso, verbas rescisórias e adicional de periculosidade;
- R\$164 (R\$161 em 2020) referente à não homologação de compensação de crédito tributário federal (Cofins) pelo reconhecimento da insuficiência do crédito tributário;
- R\$132 (R\$111 em 2020) referente a ações ambientais em decorrência de supostas irregularidades em função de sua operação.
- R\$45 (R\$44 em 2020) referente a processo administrativo por inconformidade na homologação do PER/DCOM.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

## 11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2021	2020
Circulante		
PIS/Pasep	250	224
Cofins	1.344	1.033
ICMS	2.043	1.663
ISSQN	34	22
INSS	341	106
Outros	59	60
	<u>4.071</u>	<u>3.108</u>

## 12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Circulante		
Imposto de renda	12.653	12.369
Contribuição social	4.343	4.320
Total	<u>16.996</u>	<u>16.689</u>

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de imposto de renda, constituídos à alíquota de 25%, e contribuição social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	2021	2020
Ativos fiscais diferidos		
Provisão para contingências	-	51
Outros	-	33
	-	84
Passivos fiscais diferidos		
Custo atribuído	(17.121)	(18.202)
Ressarcimento de custos do GSF	(12.205)	-
	<u>(29.326)</u>	<u>(18.202)</u>
Total do passivo líquido	<u>(29.326)</u>	<u>(18.118)</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	(18.118)	(19.434)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(11.208)	1.316
Saldo final	(29.326)	(18.118)

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2021	2020
Lucro antes dos impostos	89.827	50.001
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal	(30.517)	(16.976)
Contribuições e doações indedutíveis	(182)	(189)
Incentivos fiscais	548	568
Outros	(1)	-
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	(30.152)	(16.597)
Alíquota efetiva	33,57%	33,19%
Corrente	(18.944)	(17.913)
Diferido	(11.208)	1.316

### 13. ENCARGOS SETORIAIS

	2021	2020
<b>Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	2.583	2.401
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	23	21
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	33	27
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	478	423
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	272	300
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	67	55
CDE sobre P&D	19	-
	3.475	3.227
<b>Não circulante</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	2.061	2.292
	2.061	2.292
<b>TOTAL</b>	<b>5.536</b>	<b>5.519</b>

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era de R\$36.833 subscrito e integralizado, constituído por 361.200.000 (trezentos e sessenta e um milhões, duzentos mil) ações, sendo 120.401.400 (cento e vinte milhões, quatrocentos e um mil e quatrocentas) ações ordinárias e 240.798.600 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e noventa e oito mil e seiscentas) ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

## a) Reservas de lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2021	2020
Reservas de lucros		
Reserva legal	7.367	7.367
Reserva de lucros (Dividendos adicionais propostos)	30.820	17.976
	<u>38.187</u>	<u>25.343</u>

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu reserva legal em 2021, uma vez que está limitada a 20% do capital social.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na reserva de lucros o montante de R\$30.820 referentes a dividendos propostos pela Administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação na Assembleia Geral Ordinária - AGO.

## b) Reserva de ajustes de avaliação

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

## c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de estatutários, após a compensação dos prejuízos acumulados.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2021	2020
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
Resultado do exercício	59.675	33.404
Realização do custo atribuído	1.966	2.548
	<u>61.641</u>	<u>35.952</u>
Dividendos mínimos obrigatórios - 50%	30.821	17.976
<b>Dividendos intermediários</b>	5.000	-
Dividendos obrigatórios	25.821	17.976
Dividendos adicionais propostos	30.820	17.976
<b>Total dos dividendos</b>	<u>61.641</u>	<u>35.952</u>

#### Destinação do resultado de 2021 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2022, que, ao resultado do exercício no montante de R\$59.675, e do saldo de lucros acumulados no valor de R\$1.966, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação, seja dada a seguinte destinação:

- R\$25.821 para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$30.820 para pagamento de dividendos adicionais.
- R\$5.000 em dividendos intermediários pagos.

## 15. RECEITA

	2021	2020
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	140.821	116.248
Deduções à receita operacional (b)	(39.387)	(33.450)
Receita operacional líquida	<u>101.434</u>	<u>82.798</u>

#### a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	R\$	
	2021	2020
Suprimento a outras concessionárias	135.407	112.618
Fornecimento – Não faturado	1.731	268
Transações com energia na CCEE	3.683	3.362
<b>Total</b>	<u>140.821</u>	<u>116.248</u>

O contrato de compra e venda de energia assinado com a Aperam Inox América do Sul S.A prevê faturamento a preços mensais fixos, atualizados monetariamente em bases anuais pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas.

## Deduções à receita operacional

	2021	2020
Cofins	8.816	7.338
Pasep	1.914	1.593
ICMS	24.373	20.134
Reserva Global de Reversão – RGR	1.191	1.125
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	889	828
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	261	215
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.943	2.217
<b>TOTAL</b>	<b>39.387</b>	<b>33.450</b>

## 16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021	2020
Pessoal	2.061	2.037
Materiais	645	400
Serviços de terceiros (a)	5.547	5.336
Energia elétrica comprada para revenda (b)	33.644	18.537
Depreciação e amortização	9.750	5.751
Provisões	-	13
Subvenções e doações	533	552
Seguros	58	63
Baixa líquida no ativo imobilizado	-	831
(-) Recuperação de despesas	-	(154)
Outras	157	140
<b>TOTAL</b>	<b>52.395</b>	<b>33.506</b>
<b>Custo total</b>	<b>49.732</b>	<b>30.192</b>
<b>Despesa operacional</b>	<b>2.663</b>	<b>3.314</b>
<b>TOTAL</b>	<b>52.395</b>	<b>33.506</b>

## a) Serviços de terceiros

	2021	2020
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	1.306	2.605
Convênio de compartilhamento - O&M	2.601	912
Comunicação	32	34
Meio ambiente	130	7
Conservação e limpeza de prédios e vila de operadores	788	688
Despesas com transportes	202	147
Vigilância	178	162
Auditoria externa	54	53
Serviços advocatícios	-	131
Tecnologia da informação	89	101
Outros	167	496
	<b>5.547</b>	<b>5.336</b>

b) Energia elétrica comprada para revenda

	2021	2020
Energia de curto prazo - CCEE	6.422	11.044
Energia adquirida no ambiente livre	30.652	9.382
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(3.430)	(1.889)
	33.644	18.537

## 17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	946	736
Variação monetária depósito judicial	6	56
Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(70)	(57)
Atualização de créditos de PASEP/COFINS sobre ICMS	553	434
Outras receitas financeiras	3	8
	1.438	1.177
Despesas financeiras		
Variação monetária	(98)	(63)
Juros passivo de arrendamentos	(9)	(8)
Outras despesas financeiras	(233)	(397)
	(340)	(468)
Resultado financeiro	1.098	709

## 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Controlador								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (1)	-	-	251	253	-	-	(784)	(751)
Convênio de compartilhamento - O&M (2)	-	-	278	1.130	-	-	(2.812)	(912)
Prestação de serviços (3)	-	-	-	-	-	-	(388)	(1.344)
Dividendos	-	-	25.821	17.976	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Operação com energia elétrica (4)	-	-	-	-	-	-	(44)	(52)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	420	513	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	8.846	10.047	-	-	93	81	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	1.819	2.259	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina vigente até a entrada em vigor do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020;
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

### Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações do Grupo Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 0,50% em 31 de dezembro de 2021 (0,30% em 31 de dezembro de 2020).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	2021	2020
Remuneração	73	55
Participação nos resultados	12	17
Previdência privada	2	2
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>74</b>

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2021		2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Custo amortizado (1)					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2	9.179	9.179	7.675	7.675
Títulos e valores mobiliários	2	5.597	5.597	4.124	4.124
Depósitos judiciais	3	1.700	1.700	1.622	1.622
		<u>16.476</u>	<u>16.476</u>	<u>13.421</u>	<u>13.421</u>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras					
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	518	518	1.099	1.099
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	3.630	3.630	4.895	4.895
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	920	920	2.188	2.188
		<u>5.495</u>	<u>5.495</u>	<u>10.648</u>	<u>10.648</u>
		<u>21.971</u>	<u>21.971</u>	<u>24.069</u>	<u>24.069</u>
<b>Passivos</b>					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(2.457)	(2.457)	(4.865)	(4.865)
Arrendamentos		(83)	(83)	(76)	(76)
		<u>(2.540)</u>	<u>(2.540)</u>	<u>(4.941)</u>	<u>(4.941)</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2021 e 2020.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

#### Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

#### b) Gestão de riscos

##### Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

##### Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessão para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que seja renovada pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação da concessão não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo renovada mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa"), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

## Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	2.357	100	-	-	-	2.457
Arrendamentos	1	2	8	44	208	263
<b>TOTAL</b>	<b>2.358</b>	<b>102</b>	<b>8</b>	<b>44</b>	<b>208</b>	<b>2.720</b>

## 20. SEGUROS

A Companhia possui seguro de risco operacional visando cobrir riscos e perdas em gerador, transformador e turbinas, com vigência até 07 de dezembro de 2022, na importância segurada de R\$51.813, valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas decorrentes de eventuais sinistros.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, e, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

\* \* \* \* \*

Thadeu Carneiro da Silva  
Diretor-Presidente

Demétrio Alexandre Ferreira  
Diretor

Leonardo George Magalhães  
Diretor

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG-47.822

José Guilherme Grigolli Martins  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Sá Carvalho S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2021, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2022.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Francisco Luiz Moreira Penna

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Diretores e Acionistas da  
**Sá Carvalho S.A.**  
Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sá Carvalho S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sá Carvalho S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso de base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Seconcluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de abril de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Cláudia Gomes Pinheiro  
CRC-1MG089076/O-0

**Demonstrações Financeiras 2021 - controladas**

CHAVE: 980D03BEA7D1C78E104E5DE17ACBD992A9DD5F78FECFA17D7ADD29100DFE9B07

Carimbo do Tempo homologado pela ICP-Brasil

## Assinaturas

**Demétrio Alexandre Ferreira**

demetrio@cemig.com.br

Assinado em: 20/05/2022 13:32:39 (BRT)

IP: 179.189.188.56

Geolocalização: -19.9181, -43.937

Assinatura Eletrônica  
20/05/2022 16:32 UTC



BRy

523.\*\*\*.\*\*\*-91  
Demétrio Alexandre Ferreira

**Mário Lúcio braga**

mmario@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 12:25:24 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9293071, -43.9505132

Assinatura Eletrônica  
19/05/2022 15:25 UTC



BRy

469.\*\*\*.\*\*\*-53  
Mário Lúcio braga

**José Guilherme Grigolli Martins**

jose.martins@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 11:54:50 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Geolocalização: -19.9327744, -43.9615488

Assinatura Eletrônica  
19/05/2022 14:54 UTC



BRy

296.\*\*\*.\*\*\*-77  
José Guilherme Grigolli Martins

**thadeu carneiro da silva**

thadeu.silva@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 10:45:11 (BRT)

IP: 189.99.89.13

Assinatura Eletrônica  
19/05/2022 13:44 UTC



BRy

053.\*\*\*.\*\*\*-69  
thadeu carneiro da silva

**Leonardo George de Magalhães**

lgeorge@cemig.com.br

Assinado em: 19/05/2022 10:34:51 (BRT)

IP: 128.201.18.240

Assinatura Eletrônica  
19/05/2022 13:34 UTC



BRy

617.\*\*\*.\*\*\*-20  
Leonardo George de Magalhães

## Eventos da coleta

Criação	19/05/2022 10:12:40 (BRT)
Conclusão	20/05/2022 13:32:38 (BRT)